



Transição para novas regras do FPE pode durar até 2017

Projeto com novos critérios para o Fundo de Participação dos Estados, previsto para ser votado terça-feira, pode estender período de adaptação à nova forma de rateio de R\$ 70 bilhões. Ideia inicial era encerrar o prazo em 2015

Relator da proposta de novos critérios para distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, Walter Pinheiro concordou em estender para cinco anos o prazo de transição para as novas regras. Sugestão foi feita ontem pelo coordenador dos secretários estaduais de Fazenda, Claudio Trinchão. Objetivo é dar às unidades

federativas tempo de avaliar as variações na receita decorrentes de prováveis mudanças, como a unificação das alíquotas interestaduais do ICMS.

O substitutivo de Pinheiro, com regras transitórias, busca o consenso mantendo o patamar de distribuição que os estados tinham em 2012. Critérios definitivos seriam avaliados durante a transição. **4 e 5**



Claudio Trinchão, da Confaz, Lindbergh, Vital e Valadares na reunião de ontem, em que Pinheiro (D) aceitou estender o prazo

Marcos Oliveira/Agência Senado

Genaldino Menezes/Agência Senado



Presidente da CRE, Ferrazo (D) recebe os diplomatas Valdemar Carneiro Leão Neto (C) e José Amir Dornelles

Plenário analisará nomes indicados a China e Timor

A Comissão de Relações Exteriores aprovou Valdemar Carneiro Leão Neto e José Amir Dornelles para

embaixadores na China e em Timor-Leste, respectivamente. Agora, indicações vão ao Plenário. **3**

Jurista e promotor divergem a respeito do novo Código Penal 7

Escolhidos relator e presidente para comissão da saúde pública 8

Escolha de novo papa repercute no Senado 3

Congresso debate MP que destina royalties à educação

Comissão mista discutiu a validade da MP 592/12 (que destina à educação pública 100% dos royalties do petróleo extraído da camada pré-sal) depois de o Congresso ter

derrubado os vetos presidenciais aplicados à Lei dos Royalties. Com o restabelecimento dos itens que haviam sido vetados, pontos da MP passaram a conflitar com a lei. **5**

Paraguai pede observadores na eleição de abril 2

Colônias de pescadores voltarão a ter registro 6



Pescadores de Salvador: ministro do Trabalho anunciou no Senado que revogará portaria que suspendia novos registros

Caral Garcia / ABECOM-BA

Paraguaios pedem observador brasileiro na eleição de abril

No mês que vem, Paraguai elegerá novo presidente; grupo de parlamentares do país vizinho se reuniu ontem com o presidente do Senado brasileiro para solicitar envio de observadores

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem um grupo de parlamentares do Paraguai. Eles pediram a Renan que convide congressistas brasileiros para serem observadores nas eleições que ocorrem no dia 21 de abril, quando será eleito o novo presidente do país.

Acompanhou o grupo o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que preside a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

As eleições para o Parlasul, cujos membros representam Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, também

foram discutidas no encontro.

Outro participante da reunião foi o deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR), que é integrante do Parlasul. Ele lembrou que Renan foi o responsável pela instalação desse Parlamento, em 2006.

— Renan é integracionista — afirmou o deputado.



Renan Calheiros (centro, à dir.) recebe paraguaios, acompanhados do senador Requião e do deputado Dr. Rosinha

João Capiberibe relata visita à Guiana Francesa

João Capiberibe (PSB-AP) comunicou ao Plenário visita à Guiana Francesa, que foi palco da 8ª Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França.

Segundo o senador, que acompanhou o governador do Amapá, Camilo Capiberibe, a reunião resultou em entendimentos para agilizar a inauguração da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque e a construção de linha de fibra óptica ligando Caiena e Macapá.

Também foi discutida a possível abertura da Guiana para receber produtos alimentícios do Amapá e a futura eliminação da necessidade de visto para brasileiros entrarem na Guiana.

— Temos amplas possibilidades de construir um modelo de integração e de cooperação econômica, social e cultural, e juntos sairmos do isolamento.

Para Raupp, Brasil precisa elevar exportações

Mesmo tendo quadruplicado o montante do comércio exterior, o Brasil precisa exportar mais, disse Valdir Raupp (PMDB-RO). As exportações somaram US\$ 242 bilhões em 2012, enquanto as importações ficaram em US\$ 233 bilhões.

— Não obstante os vigorosos avanços da última década, a pauta comercial necessita ser ampliada e diversificada, para que o comércio externo seja proporcional ao tamanho da nossa economia. O Brasil é a sexta economia do mundo. Logo, precisa exportar mais.

O Brasil é o 22º país no ranking dos exportadores. Para ficar entre os dez primeiros, precisaria exportar mais de US\$ 400 bilhões por ano. Para isso, afirmou, é necessário diminuir o custo Brasil, melhorar a competitividade e superar a questão da política cambial.

Vanessa cita investimentos feitos por jornal do Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) homenageou ontem o jornal *Diário do Amazonas*, que hoje completa 27 anos.

Para a senadora, o jornal é respeitado e contribui com a informação e a formação dos amazonenses. Ela elogiou o trabalho da família Anunciação, responsável pelo jornal.

— Os investimentos na inovação e na modernização de suas publicações é uma política constante da editora da família Anunciação, que tem aberto novas fronteiras no ramo midiático do Amazonas. São investimentos que abrem postos de trabalho e contribuem para elevar a qualidade da informação levada aos mais variados públicos — afirmou.

Vanessa relatou a história do jornal, que nasceu com cunho popular e aos poucos passou a abordar política e economia.

Ana Rita elogia ação federal para reprimir violência contra mulher

Ana Rita (PT-ES) disse que foi acertada a decisão da presidente Dilma Rousseff de lançar o Programa Mulher: Viver sem Violência, com estratégias para os governos estaduais assegurarem o acesso das mulheres vítimas de violência aos serviços públicos de atendimento.

O programa, que terá investimento de R\$ 265 milhões, prevê a criação de centros integrados de serviços especializados, humanização do atendimento em saúde, cooperação técnica com o sistema de Justiça e campanhas educativas de prevenção e enfrentamento à violência.

Batizados de Casa da Mulher, esses centros integrados contarão com delegacias de atendimento à mulher, juizados e varas, defensoria, promotoria e equipe social composta de psicólogos, assistentes sociais, sociólogos e educadores para identificar as perspectivas de vida da mulher e prestar acompanhamento



Ana Rita fala sobre o Programa Mulher: Viver sem Violência

permanente. As casas também terão equipes para orientação para emprego e renda.

— As ações lançadas pelo nosso governo vão auxiliar o país a eliminar a violência doméstica, o estupro, o assassinato ou o tráfico sexual. Considero que o Programa Mulher: Viver sem Violência aprofunda a luta desenvolvida nos últimos anos, começando pela Lei Maria da Penha e passando pela reafirmação da própria lei.

Mesa do Senado aprova pedidos de informação a ministros

A Mesa do Senado aprovou antontem pedidos de informação a ministros. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), por exemplo, solicita que o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, explique a fiscalização de embarcações irregulares que trafegam na Amazônia. Jayme Campos (DEM-MT) quer que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, esclareça estimativa da renúncia de receitas entre 2013 e 2015, em virtude do

Projeto de Lei do Senado (PLS) 266/12, relatado pelo senador na Comissão de Assuntos Sociais, que isenta o 13º salário do Imposto de Renda das pessoas físicas.

O primeiro-secretário, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que o restante da pauta ficou para quarta-feira, quando serão examinados requerimentos de tramitação conjunta e propostas de mudança no regimento do Conselho de Comunicação Social.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Hoje não haverá votação de projetos, a sessão é destinada a discursos. Os primeiros oradores inscritos são Paulo Paim (PT-RS) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).

PRESIDÊNCIA Evento no Palácio do Planalto

10h O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da cerimônia de anúncio de medidas de proteção ao consumidor no Palácio do Planalto.

CAS Debate em Porto Alegre

9h A Comissão de Assuntos Sociais realiza diligência na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para debater o projeto que institui o Estatuto da Juventude.

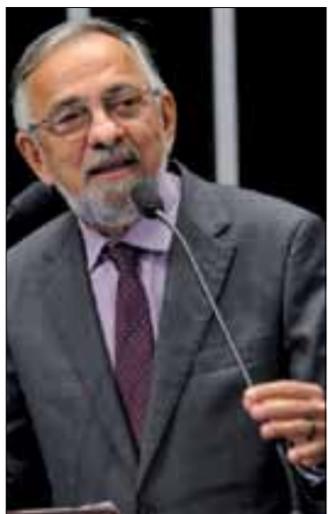
SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Senador participou de reunião em prol da cooperação bilateral



Redução do custo Brasil ajudaria a aumentar as exportações, diz Raupp



Senadora lembra história do *Diário do Amazonas*, que completa 27 anos

Comissão aprova indicados para embaixadas na China e Timor-Leste

Nomes dos diplomatas Valdemar Carneiro Leão Neto e José Amir da Costa Dornelles seguem agora para votação em Plenário

DEPOIS DE SABATINA e de votação secreta, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem as indicações de Valdemar Carneiro Leão Neto e José Amir da Costa Dornelles para atuarem como embaixadores, respectivamente, na China e em Timor-Leste. Leão Neto vai acumular o cargo na Mongólia. As indicações seguem para análise do Plenário.

Com produto interno bruto de US\$ 7,3 trilhões e crescimento de quase 10% ao ano, a China é a segunda economia do planeta, atrás apenas dos Estados Unidos. Segundo o diplomata, o país tem mais de 1 bilhão de habitantes e se tornou o maior parceiro comercial do Brasil.

Embora as relações comerciais entre os dois países tenha crescido, observou Leão Neto, as empresas brasileiras não têm encontrado na China um ambiente tão propício para investimentos quanto ocorreu no sentido inverso. Entre os problemas encontrados, estão a excessiva burocracia chinesa e a falta de transparência na aplicação dos processos regulatórios do país. Em resposta a indagações de senadores, o diplomata disse que, para superar o problema, é necessário aprendizado e a formulação de parcerias com empresas chinesas e de outros países.

— O caminho das pedras é um longo aprendizado, que significa um pouco de inteli-

gência de mercado e procurar, sempre que possível, a *joint venture*. Entrar sozinho na China será sempre uma tarefa mais árdua, significa não se fixar nas quatro grandes cidades. Há toda uma China que está muito além das grandes megalópoles — disse o diplomata.

Exportação de carnes

Segundo Leão Neto, o setor agropecuário brasileiro também encontra grandes barreiras em relação à China, principalmente na exportação de carnes para o país.

— Nessa área é que há mais sensibilidade. Os chineses nos têm dado habilitação um pouco a conta-gotas tanto na área

de frangos, quanto de bovinos, quanto de suínos — assinalou.

Leão Neto comentou a eleição, realizada ontem, de Xi Jinping, pelo Parlamento chinês, para a Presidência da República. De acordo com o diplomata, apesar de a China se apresentar como uma potência mundial, as novas lideranças do país precisam enfrentar desafios significativos, tais como a mudança do modelo de investimento em importações para um modelo de consumo interno e o aumento da renda. Leão Neto também citou como desafios da China a superação do grande passivo ambiental do país e a redução de desigualdades sociais.



Ministro das Relações Exteriores apresenta metas no dia 4 de abril

Patriota falará no Senado sobre situação do Paraguai

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, participará de uma audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 4 de abril. Ele apresentará os planos do Itamaraty para 2013. O objetivo, segundo o presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), é ajudar a traçar o que o país quer das suas relações com o mundo.

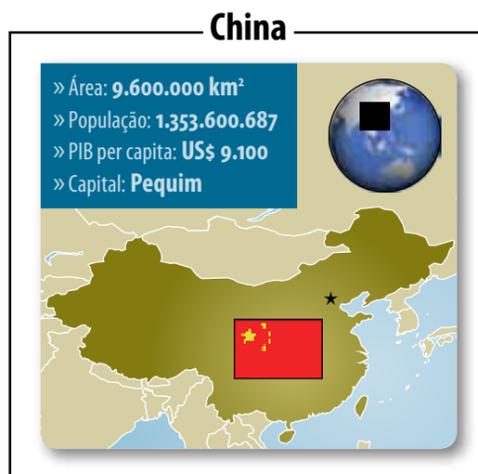
Patriota pode ajudar os senadores a compreender a posição do Brasil em relação à suspensão do Paraguai do Mercosul e da Unasul.

Há nove meses, o Paraguai está suspenso dos dois blocos, uma vez que os presidentes sul-americanos interpretaram como rompimento da ordem democrática a forma como foi conduzido o processo de impeachment do então presidente, Fernando Lugo, em junho. O Paraguai realizará eleições em abril.

— Não está claro como os chefes de Estado interpretarão o pleno restabelecimento da ordem democrática no Paraguai. A transmissão da presidência do bloco ou pode ser adiada para depois de 15 de agosto ou uma reunião extraordinária dos chefes de Estado, após o pleito de abril, poderia decidir por antecipar a volta do Paraguai ao Mercosul mesmo com o presidente Federico Franco ainda no poder — disse Ferraço.



Entre os diplomatas Leão Neto e Dornelles, Ferraço conduz a reunião da Comissão de Relações Exteriores



Fonte: CIA World Factbook e IBGE Países

Sudeste asiático é uma região estratégica para o Brasil

Localizado no Sudeste Asiático, o Timor-Leste é um dos países mais jovens: tornou-se independente em 2002, após desocupação da Indonésia. Antiga colônia portuguesa, apresenta-se como parceiro interessante para o Brasil, segundo Amir Dornelles, pela localização estratégica.

O diplomata acredita que a língua portuguesa, que é falada por cerca de 10% da população, pode ajudar no aprofundamento da cooperação técnica entre os países.

De acordo com o diplomata, esse deve ser um dos principais objetivos da missão diplomática.

— Hoje o Timor é um país pequeno, longínquo e obscuro, mas tem condições daqui a

algumas décadas de se tornar uma nação muito relevante naquela área. O país está sendo moldado, está sendo construído do zero praticamente e tem demonstrado estar particularmente aberto a

receber a cooperação brasileira. É um investimento de longo prazo — assinalou Dornelles.

Na sessão, a CRE leu parecer favorável à indicação de Lúcio Pires de Amorim para chefiar a missão brasileira em Belize, país situado na costa nordeste da América Central. Em seguida, Luiz Henrique (PMDB-SC), que presidia a sessão, concedeu vista coletiva. A votação da indicação de Amorim, assim como a sabatina, deverá ser realizada na próxima reunião do colegiado.



Fonte: CIA World Factbook e IBGE Países

Senadores desejam êxito ao papa Francisco

Na reunião de ontem, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), saudou a eleição do primeiro latino-americano para a chefia da Igreja Católica. O argentino Jorge Mario Bergoglio foi escolhido papa anteontem e adotou o nome Francisco.

— A presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se associa a milhões de católicos do mundo todo para expressar a Sua Santidade,

o papa Francisco, os nossos mais calorosos desejos de um pontificado abençoado e com muitas realizações — disse Ferraço.

A escolha do novo papa também repercutiu no Plenário. Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou o perfil “mais humilde, mais pobre, menos arrogante” do novo líder da Igreja Católica, representado no nome Francisco, adotado pelo jesuíta argentino.

— São Francisco, a meu ver, foi o maior santo que a Igreja já

teve. Protegeu não só os pobres, mas a natureza inteira. Assim parece que deve ser esse papa Francisco.

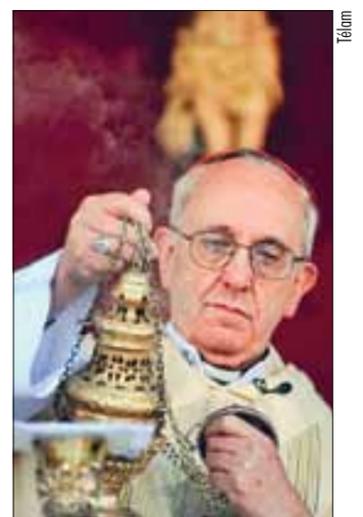
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) encaminhou à Mesa um voto de congratulação pela escolha do cardeal Bergoglio.

— Pedimos que ele seja abençoado por Deus em sua missão. Tendo entrado aos 19 anos na Sociedade de Jesus, [o novo papa] tem formação e sabedoria para conduzir todos os católicos do mundo — afirmou. Rodrigo Rollemberg (PSB-

DF) disse acreditar que os católicos do mundo todo estão contentes com a escolha de um religioso jesuíta humilde e que homenageia São Francisco de Assis ao escolher a alcunha.

Para o senador, a escolha de um papa latino-americano pela primeira vez na história representa um avanço e mais aproximação da Igreja Católica com o continente americano.

— Um homem humilde comprometido com os mais pobres e com os excluídos — afirmou Rollemberg.



Escolha de Jorge Bergoglio, primeiro papa latino-americano, foi elogiada

Nova regra do FPE pode valer por cinco anos

Relator aceita prazo proposto pelo coordenador de secretários estaduais de Fazenda, garantindo um piso mínimo para cada unidade da Federação. Texto deve ser votado na terça-feira

O RATEIO DE mais de R\$ 70 bilhões entre os estados e o Distrito Federal, referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), poderá ser feito por um critério de transição válido até 2017, que dará a cada unidade federativa um piso mínimo, calculado com base nos valores atuais. Substituto de Walter Pinheiro (PT-BA) deverá ser votado pelo Plenário terça-feira.

O prazo de cinco anos foi proposto ontem pelo coordenador dos secretários de Fazenda no Conselho de Administração Fazendária (Confaz), Cláudio Trinchão, em reunião das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Desenvolvimento Regional (CDR). A sugestão foi aceita pelo relator, Walter Pinheiro, que pretendia encerrar a transição em 2015, quando se votariam novos critérios no Senado e na Câmara. O prazo, segundo o representante do Confaz, será



Audiência conjunta reuniu ontem três comissões do Senado: CAE, CCJ e CDR

suficiente para "avaliar grandes variações" nas receitas das unidades federativas.

Essas alterações, disse Trinchão, virão de propostas em análise no Congresso, como a unificação das alíquotas interestaduais do ICMS e o novo rateio dos royalties do petróleo. O próprio crescimento econômico diferenciado de algumas regiões, segundo ele, poderá ter impacto. Assegurando o piso para cada estado, a eventual sobra de recursos do FPE poderá ser repartida conforme dois critérios: população e renda per capita domiciliar.

Pinheiro observou que a sugestão dos governadores para inclusão, na base do FPE,

da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) só poderá ser feita por emenda constitucional. Vários senadores apoiaram a sugestão, até para evitar que os estados continuem a sofrer perdas a cada desoneração, em geral de IPI, feita pelo governo federal.

A manifestação foi reforçada pelos números apresentados pelo representante do Confaz: IPI e IR, que significavam 76% das receitas da União em 1988, tiveram seu peso reduzido a 55% em 2010. Já as contribuições, que hoje são receita exclusiva da União, subiram de 24% para 45%.

Senadores apostam em substitutivo de Pinheiro para construir acordo

Senadores de diversas regiões apostam no substitutivo de Walter Pinheiro para a construção de um consenso, entre eles Francisco Dornelles (PP-RJ), José Pimentel (PT-CE), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Jayme Campos (DEM-MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Valdír Raupp (PMDB-RO), Wellington Dias (PT-PI) e Eunício Oliveira (PMDB-CE). Pinheiro deixou clara a intenção de manter o mesmo patamar de distribuição do FPE que os estados tinham em 2012.

Novas regras seriam avaliadas numa fase de transição, projetada para os próximos cinco anos. O relator justificou a decisão levando em conta, inclusive, as projeções de

investimento feitos pelos estados no Plano Plurianual Anual (PPA) em vigor, que se estende até 2015. Romero Jucá (PMDB-RR) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) acusaram a adoção do PIB per capita na definição dos coeficientes de distribuição por distorções na realidade de estados cujas economias dependem fortemente do setor público.

Segundo Pinheiro, a saída para sanar discrepâncias que afligem, principalmente, ex-territórios é substituir o PIB per capita pela renda domiciliar per capita. O presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), informou que o fundo correspondia a quase 60% das receitas do Acre, de 1990 a 2007.



Humberto Costa, Dornelles, Pimentel, Casildo e Jayme Campos na reunião conjunta

Valadares: "Congresso está em mora na questão"

O presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), em nome dos presidentes das comissões, disse que o Congresso está em mora na questão do FPE. Em 2010, lembrou, o Supremo declarou inconstitucionais os coeficientes fixos de rateio do FPE contidos na Lei Complementar 62/89 e estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de 2012 para o

Congresso elaborar uma nova lei. Atualmente, os estados do Sul e Sudeste recebem juntos 15% dos repasses do FPE, e os do Centro-Oeste, Norte e Nordeste ficam com os outros 85%.

Valadares afirmou que o Congresso "não permaneceu inerte" diante do problema, tanto que há 19 projetos sobre o assunto tramitando nas duas Casas legislativas, mas

o impasse em torno deles impediu a votação dentro do prazo. Liminar concedida em janeiro de 2013, pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski, prorrogou os critérios de transferência por mais 150 dias.

Ele explicou que a fórmula apresentada no substitutivo de Walter Pinheiro é uma solução temporária e o debate não se encerrará com sua votação.

Dornelles defende implantação de propostas feitas por governadores

Francisco Dornelles (RJ) manifestou o apoio do PP a quatro propostas apresentadas pelos governadores em reunião no Congresso Nacional anteontem.

Uma delas é incluir no FPE e no FPM parte da arrecadação federal obtida com a Cofins e com a CSLL. Segundo ele, já existem emendas com esse propósito tramitando no Senado e há um consenso de que a base de cálculo dos dois fundos deve ser ampliada.

Outra proposta libera os estados do pagamento de 1% referente ao Pasp. Já a iniciativa que

facilitaria o pagamento das dívidas estaduais à União prevê que cada estado destine 30% dos juros da dívida para um fundo de investimento em infraestrutura.

— Essa proposta é da maior importância, pois atende a todos os estados com muita justiça e objetividade — afirmou. A última ideia exige que a União indique a fonte de recursos para cada despesa criada para estados e municípios.

Dornelles destacou ainda o caráter objetivo da reunião, que para ele renderá "frutos num período muito rápido".

Ana Amélia cobra melhoria nos transportes

A na Amélia (PP-RS) disse ser necessário aprimorar o sistema de repasses de recursos do governo federal para o atendimento de projetos de infraestrutura, especialmente de transportes. Segundo ela, para que a área atenda a contento as demandas em rodovias, aeroportos, ferrovias e portos, seria indispensável uma reforma profunda do pacto federativo. Para ela, o excesso de burocracia tem provocado atrasos em obras importantes.



Pedro Franco/Agência Senado

Casildo Maldaner destaca pontos de convergência

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que a discussão sobre o pacto federativo tem "pontos de interseção" que devem ser priorizados. Segundo ele, a reunião com governadores mostrou que é preciso trabalhar no FPE, na reestruturação da dívida e na melhor distribuição da arrecadação.

O senador vê como "perversa e preocupante" a centralização financeira nas mãos da União, enfraquecendo estados e municípios. Para ele, é preciso aproveitar 2013, ano não eleitoral, para construir um novo pacto e deixar um legado ao país.

Inácio: ampliação do fundo com contribuições

Inácio Arruda (PCdoB-CE) classificou a reunião dos governadores com parlamentares como um passo importante para a reforma do FPE. Ele elogiou as medidas de desoneração da produção, mas cobrou uma forma de compensar a decorrente debilitação do fundo.

— É preciso ampliar o FPE com as contribuições. Há 20, 25 anos, impostos como IPI e IR representavam 77% das receitas. Hoje, as contribuições representam 55% das receitas.



Pedro Franco/Agência Senado

Reunião foi "grito da Federação", diz Eunício Oliveira

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), considerou o encontro com governadores "o grito da Federação".

— O pacto federativo tem de ser uma agenda permanente do Legislativo. Ele defendeu a proposta de aumentar as fontes de arrecadação do FPE "para manter o valor dos repasses equilibrados, evitando qualquer perda para os estados" e lembrou que "há estados em que o repasse do fundo corresponde a até 70% dos seus orçamentos".



Pedro Franco/Agência Senado

Para Wellington Dias, encontro foi histórico

Wellington Dias (PI), líder do PT, considerou um "momento histórico" o encontro de anteontem. O senador ressaltou a agenda única da reunião, com sugestões que possam permitir a viabilidade econômica de estados e municípios, com maior capacidade de investimento, geração de emprego e garantia de competitividade.

— Esse é o papel do Senado: discutir alternativas para todo o Brasil — afirmou Wellington.



Pedro Franco/Agência Senado

Wilder defende fortalecimento dos municípios

Wilder Morais (DEM-GO) defendeu a aprovação de proposições de autoria dele para o fortalecimento dos municípios. Para o senador, é preciso reorganizar atribuições, já que os municípios estão sobrecarregados. Ele afirmou que os municípios gastaram R\$ 19 bilhões em 2011 para oferecer à população serviços que deveriam ser custeados pela União e pelos estados.

— Isso é um desequilíbrio enorme nas finanças públicas municipais.



Marcos Maia/Agência Senado

ICMS único reduz custo Brasil, diz Sérgio Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que, ao simplificar o sistema tributário, a unificação do ICMS promoverá uma redução do custo Brasil.

— Comungo da visão daqueles que acreditam no esgotamento da guerra fiscal como instrumento de política de desenvolvimento regional — afirmou. Para compensar os estados, o governo editou a MP 599/12. Para Souza, a medida deve considerar as diferenças das microrregiões de cada estado.



Pedro Franco/Agência Senado

Cícero Lucena: tributos oneram as contas de luz

Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou que os impostos correspondem a, pelo menos, 35% da conta de luz paga pelos brasileiros. Ele anunciou para breve uma proposta de redução.

— Uma parte considerável da conta é composta por tributos, encargos e subsídios. Há uma carga escorchante de pendurcalhos tributários a onerar mensalmente o orçamento familiar do consumidor brasileiro de energia elétrica — disse.



Pedro Franco/Agência Senado

Taques lamenta educação falha em Mato Grosso

Pedro Taques (PDT-MT) apontou a situação precária da educação em Mato Grosso, citando os elevados índices de analfabetismo e evasão escolar. Ele propôs um "choque de gestão" e considerou o resultado incompatível com a economia estadual.

— Estamos acolhendo mais detentos nas prisões do que alunos — lamentou, lembrando que um reeducando preso custa quatro vezes mais que um estudante da rede pública.



Pedro Franco/Agência Senado

Aloysio quer atenção à MP da Alfabetização

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pediu uma análise cuidadosa da medida que cria incentivos para a alfabetização de crianças de até 8 anos nas escolas públicas. Para o senador, a idade deveria ser 6 anos.

A MP 586/12, que será apreciada no Senado dia 19, foi aprovada pela Câmara com emenda que fixa 31 de dezembro de 2022 como data-limite para o cumprimento da meta. — Temos tempo para examiná-la — disse.



Pedro Franco/Agência Senado

Estudo contesta redução de incentivos fiscais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem estudo que aponta risco de desemprego nos estados mais pobres com a redução ou extinção dos incentivos fiscais de ICMS. O documento foi entregue pelos presidentes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Ubiraci Oliveira, e da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (Adial Brasil), José Alves Filho.

Oliveira disse que muitas empresas se instalam nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por conta dos incentivos fiscais. O fim do incentivo poderia, em tese, fazer com que essas empresas migrem para o Sul, onde há um maior potencial de consumidores. Para o presidente da Adial, o Brasil está na contramão do mundo, já que países como Estados Unidos, China, Suíça, Chile e Uruguai costumam usar incentivos fiscais.

Renan envia Orçamento para sanção presidencial

Renan enviou à Presidência da República, ontem, o projeto da Lei Orçamentária de 2013 (PLN 24/12), para sanção. As despesas previstas são de R\$ 2,28 trilhões, dos quais cerca de R\$ 110,61 bilhões se destinam aos investimentos das estatais, e pouco mais de R\$ 610 bilhões, ao refinanciamento da dívida pública. O texto confirma o salário mínimo de R\$ 678.

Inicialmente prevista para dezembro, a votação do Orçamento foi adiada devido à polêmica em torno da Lei dos Royalties. Na semana passada, os vetos parciais da presidente Dilma Rousseff foram derrubados pela maioria dos parlamentares. Em seguida, Renan colocou a proposta orçamentária em votação: a Câmara aprovou o texto na madrugada do dia 7, enquanto o Senado o aprovou na noite de terça-feira.

Derrubada de vetos põe em dúvida MP dos royalties

A audiência realizada ontem pela comissão mista que analisa a Medida Provisória 592/12 discutiu a validade dela após a derrubada, pelo Congresso, dos vetos feitos pela presidente Dilma Rousseff à Lei 12.734/12. A lei e a MP tratam da distribuição entre União, estados e municípios dos royalties do petróleo explorado na camada pré-sal — a MP destina 100% dos royalties das futuras concessões para investimentos em educação pública.

O relator-revisor da proposta, Wellington Dias (PT-PI), e Sérgio Souza (PMDB-PR) questionaram a validade da MP, que trata de vários assuntos abrangidos pelos vetos presidenciais. Ambos disseram ter ouvido opiniões favoráveis à declaração de prejudicialidade da MP, o que levaria ao arquivamento dela.

O presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou que um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) apontava situações distintas, mas enfatizou que dava "razões jurídicas para vigência



Deputados, senadores e especialistas debatem a MP que destina à educação 100% dos royalties do petróleo do pré-sal

e plena efetividade da MP".

Os vetos presidenciais favoreceriam os estados detentores de petróleo, mantendo os percentuais de royalties pagos a esses estados em contratos já vigentes. A proposta original aprovada pelo Congresso, revalidada com a derrubada dos vetos, propõe uma distribuição mais igualitária entre todos os estados e municípios.

Na situação mais polêmica, o parecer da AGU estabelece duas interpretações sobre os dispositivos introduzidos com a rejeição aos vetos que

são incompatíveis com a MP. O parecer explica que a MP estabeleceu regras distintas em relação à distribuição dos royalties para contratos anteriores e posteriores a 12 de dezembro de 2012.

Enquanto o artigo 48-A da MP estabelecia nova forma de distribuição para os novos contratos, o 81-A determinava que os contratos já firmados obedeceriam aos artigos 48, 49 e 50 da Lei 9.478/97, que nada destinavam aos entes não produtores. O parecer acrescenta que, com a rejeição do veto, as

alterações dos referidos artigos da lei mudaram drasticamente a distribuição dos royalties, sem fazer distinção entre contratos novos e antigos. Mas a rejeição ao veto não determinou a revogação expressa dos artigos da MP que faziam a distinção.

Para a AGU, a solução mais cautelosa é entender que as alterações feitas pela MP sejam analisadas pelo Congresso para a conversão ou não em lei, o que "traria maior segurança jurídica, afastando qualquer dúvida quanto à vontade do Parlamento".

Ferrazo requer apuração sobre caso de estaleiro

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferrazo (PMDB-ES), apresentou pedido ao Ministério das Relações Exteriores para que seja apurado o suposto envolvimento do embaixador do Brasil em Cingapura, Luis Fernando Serra, na construção de um estaleiro no Brasil.

A denúncia partiu do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Segundo ele, o embaixador propôs à empresa Jurong a transferência do estaleiro que começou a construir no Espírito Santo para o norte do Rio de Janeiro.

A transferência para o Rio beneficiaria o empresário Eike Batista. No convencimento de empresários, o embaixador estaria usando o nome de ministros.



Senador Benedito de Lira, que preside a Comissão de Agricultura, e o ministro do Trabalho, Brizola Neto, participam da audiência sobre direitos dos pescadores

Ministro do Trabalho promete voltar a registrar colônias de pescadores

Em audiência no Senado, Brizola Neto disse que revogará portaria que suspendeu registros de colônias; pescadores comemoram decisão

AS 1.200 COLÔNIAS de pescadores do país podem comemorar o resultado da audiência pública realizada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O ministro do Trabalho, Brizola Neto, disse que vai revogar a Portaria 2.159/12, que suspendeu os registros das colônias no ministério depois que o presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA), Abraão Lincon Ferreira, prometeu unificar as colônias nos municípios onde existe mais de uma delas.

O problema começou quando Brizola Neto editou essa portaria, que revogava uma anterior, que estabelecia o cadastro especial das colônias de pescadores no Ministério do Trabalho. Pela Constituição, as colônias de pescadores são equiparadas a entidades sindicais e, por isso, têm direito

de ser registradas em órgão competente e de receberem o recolhimento da representação sindical e do imposto sindical.

Com a revogação da primeira portaria, os registros que estavam em andamento no ministério e os novos registros foram suspensos. Os pescadores estavam considerando que as 300 colônias já registradas também tinham perdido o registro, mas, durante a audiência, o ministro explicou que isso não ocorreu.

Segundo Brizola Neto, a edição da portaria que suspende os registros de colônias foi motivada pelo fato de haver mais de uma colônia de pescadores em um mesmo município. Para ele, é preciso respeitar o princípio da unicidade sindical.

— A gente sabe que muitas vezes existe uma corrida pela questão do imposto sindical. E não me parecia justo simplesmente aquela colônia que

chegou primeiro ter direito à representação sindical e ao imposto sindical, em prejuízo de todas as demais. Era fundamental que todas as colônias de determinado município participassem daquele processo — justificou o ministro.

Encontro

O presidente da CRA, senador Benedito de Lira (PP-AL), elogiou a mobilização dos pescadores e solicitou ao secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Manoel Messias, que suspendesse a audiência pública marcada para hoje, no ministério, uma vez que uma solução para o problema já teria sido encontrada. O ministro, nesse momento, já havia deixado o debate no Senado, para cumprir outros compromissos.

Messias disse que encaminharia ao ministro o pedido

de cancelamento da audiência pública. Por considerar a questão já resolvida, o presidente da confederação nacional recomendou aos pescadores que retornassem a seus estados. Quase todas as colônias estavam representadas na audiência promovida pela CRA.

Vários parlamentares também participaram do debate, entre eles os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Eduardo Suplicy (PT-SP) e o deputado federal Cleber Verde (PRB-MA).

Compuseram ainda a mesa de debates o secretário-executivo do Ministério da Pesca, Átila Rocha, o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência, Leonardo Guimarães, o vice-procurador-geral do Trabalho, Eduardo Parmeggiani, e o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca, Elizeu Brito.

Gurgacz comemora acordo fechado em audiência



Senador celebra entendimento entre pescadores e Ministério do Trabalho

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou em discurso no Plenário acordo entre pescadores e o Ministério do Trabalho alcançado na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), da qual ele é vice-presidente.

Na reunião, o ministro do Trabalho, Brizola Neto,

afirmou que vai revogar a Portaria 2.159/12, que suspende os registros de colônias de pescadores no ministério.

A declaração de Brizola Neto foi feita depois que o presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, Abraão Lincon Ferreira, concordou em unificar as colônias nos municípios

onde existem mais de uma dessas entidades.

— Apesar do impasse, creio que o Congresso Nacional prestou um grande serviço ao Brasil e a essa categoria tão importante para nossa economia, ao acolher o apelo dos pescadores e mediar essa negociação com o Ministério do Trabalho — disse Gurgacz.

Agripino defende incentivo a jovens universitários

Preocupado com a colocação do Brasil em 85º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em um ranking de 187 países, divulgado ontem, José Agripino (DEM-RN) citou dois projetos de sua autoria voltados para investimento em jovens universitários.

O PLS 437/12, que está na Comissão de Educação e Cultura (CE), propõe estímulo ao potencial empreendedor dos estudantes, regulamentando a criação de empresas juniores — aquelas criadas por alunos de graduação para colocar em prática o que aprendem. Terão gestão autônoma, com atividades orientadas e supervisionadas por professores ou profissionais especializados. Apesar dos fins educacionais, poderão cobrar por serviços ou produtos. A renda será reinvestida na própria empresa.

O segundo projeto, PLS 321/12, propõe regime tributário diferenciado para novas empresas de tecnologia, as *startups*. Para se inscrever no Sistema de Tratamento Especial, a empresa deverá ter receita bruta trimestral de até R\$ 30 mil e no máximo quatro funcionários contratados. Para o senador, a isenção de impostos é a melhor forma de apoiar essas iniciativas.

— Nós estamos também incentivando a criatividade, a capacidade empreendedora e estamos prestigiando os jovens — afirmou Agripino.



Agripino quer estimular a capacidade empreendedora

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Enquanto para Juarez Cirino formato dado a diversos conceitos no projeto dificultará a aplicação da lei, Rogério Cunha afirma que texto reduz divergências e supre lacunas

Polêmica sobre mudanças no Código Penal

EM DEBATE NA comissão especial que examina o projeto do novo Código Penal, os dois juristas convidados divergiram sobre os resultados esperados se for mantido o atual texto. Para o jurista e professor Juarez Cirino dos Santos, o formato dado no PLS 236/12 a diversos conceitos vai dificultar a aplicação da lei. Já Rogério Sanches Cunha, professor e promotor de Justiça de São Paulo, afirmou que o texto reduz divergências e supre lacunas, devendo facilitar o cotidiano de advogados, juízes e promotores.

Cirino disse que a parte geral do Código, onde são definidos os princípios de aplicação da lei penal, apresenta erros conceituais. Como exemplo, citou a definição de “dolo”, o ato consciente objetivando um resultado criminoso. A seu ver, o novo conceito incorpora duas teorias antagônicas, ficando inaplicável.

Em alguns casos, ele disse estar ainda presente problema de constitucionalidade, como no conceito dado ao “crime de omissão”, especialmente com respeito à “omissão imprópria”. Segundo Cirino, o texto prevê possibilidades de múltiplas interpretações, a ponto de permitir que um pai venha a responder por “crime de estupro por omissão” pelo fato de ter deixado a filha em casa com seu namorado e este ter praticado o crime.

Ele condenou também a extinção de “conquistas universais” indispensáveis, como os mecanismos do livramento condicional e da suspensão condicional da pena, que permitem flexibilizar a prisão. Na sua visão, não é aceitável o argumento de que seriam incompatíveis com os regimes mantidos — o de progressão, o aberto e o de cumprimento da pena em liberdade.



Senadores Eunício (2º à esq.), Taques e Aloysio entre Cirino (E) e Cunha (D)

— Vão superlotar as instituições penitenciárias por causa das penas maiores e das reincidências, que agora passam a prejudicar a progressão de regime, e assim o preso vai ficar mais tempo sob regime fechado — afirmou.

A rigor, disse Cirino, não há sequer a necessidade de

reforma da parte geral do código. Segundo ele, o texto vigente está atualizado em relação aos princípios do Direito Penal. Admitiu, porém, que é importante reformar a parte especial, que define os tipos de crime e penas, especialmente para incorporar ao código leis que hoje estão fora dele.

Promotor: preocupação com a vítima orienta o texto

Depois de salientar que algumas críticas do professor Juarez Cirino eram pertinentes, o promotor Rogério Sanches Cunha afirmou que o código necessita de atualização por inteiro, inclusive na parte geral.

O promotor observou que, apesar de ser totalmente vinculado a códigos alienígenas, o texto vigente desconhece

completamente os compromissos internacionais do país em relação a crimes novos que precisam ser tipificados. Ele disse considerar que as mudanças sugeridas conseguirão resolver divergências de casos onde há jurisprudências antagônicas, que hoje dificultam a decisão do juiz.

— É um código penal que está preocupado não apenas

em punir, mas em assistir o personagem principal do crime, que é a vítima — disse.

O promotor observou que um dos aspectos importantes nesse ponto é a previsão para que o juiz criminal possa determinar a obrigação de pagamento de alimentos à vítima ou a seus descendentes, por conta do crime.

Cunha destacou ainda a

autorização para que o juiz possa combinar sucessivas leis, nos aspectos benéficos, para favorecer o réu ou condenado.

Ele também destacou o tratamento que o texto adota para permitir que a lei penal alcance o criminoso desde o “início da execução da conduta, e não apenas quando tiver consumado o crime”.

Relator recebe sugestões para corrigir falhas

Eunício Oliveira (PMDB-CE), que preside a comissão, informou que os senadores têm recebido várias sugestões para corrigir falhas identificadas no projeto do novo Código Penal. Afirmou que elas foram encaminhadas ao relator, Pedro Taques (PDT-MT), e que modificações já foram feitas. De acordo com previsão de Taques, o projeto deve ser votado na comissão até setembro. As audiências vão prosseguir por todo o semestre, com debates também nos estados, segundo cronograma a ser aprovado no colegiado.



Então presidente do Senado, José Sarney (2º à esq.) recebe em evento no ano passado anteprojeto da comissão especial de juristas

Discordância marcou também audiência anterior

A audiência pública anterior sobre o Código Penal, em 28 de fevereiro, foi marcada pela discordância entre o professor de Direito Miguel Reale Júnior e o procurador Luiz Carlos Gonçalves, relator da comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto.

Reale Júnior apontou dispositivos que considera imprecisos e chamou a atenção para a desproporção entre as penas de diferentes crimes.

Gonçalves, por sua vez, defendeu o projeto do novo Código Penal, afirmando que as críticas de Reale Júnior não alcançam mais do que 5% dos 502 artigos do anteprojeto.

Pedro Taques (PDT-MT), relator da comissão especial que examina o projeto, advertiu que a proposta precisa ser muito debatida, inclusive com a participação de não especialistas.

O projeto de lei em exame se originou do anteprojeto produzido no ano passado por uma comissão de especialistas designada pelo Senado.

Para jurista, elevar penas não reduz criminalidade

“A pena é a única resposta que o Estado tem para a questão criminal no Brasil, e essa resposta está dando em mais pena, mais polícia, mais justiça e mais prisão. Onde vamos parar?”, questionou o jurista Juarez Cirino dos Santos no debate sobre o projeto de reforma do Código Penal.

Ao defender a redução de crimes no novo código, ele argumenta que a prisão não corrige os condenados e contribui para a reincidência.

— Não acredito na pena como forma de resolver conflitos sociais, que devem ser resolvidos através de políticas públicas, e não de punição — disse.

Cirino avalia que o sistema penal brasileiro está falido e são necessárias medidas como redução de regime e liberdade condicional para minorar problemas existentes nas prisões, que incentivam a violência.

Para ele, defender a ampliação de crimes e de penas é ter a ilusão de que isso resultará na reeducação de condenados ou na solução dos conflitos sociais, ignorando o real motor da criminalidade, que é a grande desigualdade da sociedade brasileira.

Ao comentar as afirmações do jurista, Rogério Sanches Cunha, professor e promotor de Justiça de São Paulo, disse

ser a pena necessária para crimes de maior potencial ofensivo, como homicídios e latrocínios.

— Por ora, não temos uma resposta melhor [do que a pena] — disse, concordando com Cirino quanto à necessidade de se direcionar a pena a crimes de grande potencial ofensivo, o que resultará na redução do inchaço carcerário.

De acordo com o promotor de Justiça, políticas sociais são necessárias para reduzir desigualdades, mas, quando essas políticas falham, a polícia e a Justiça têm que dar uma resposta à população.



Pedro França/Agência Senado

Procedimentos mais caros ficam para hospitais públicos — como o HRAN, em Brasília —, afirma senador

Humberto vai relatar comissão sobre financiamento da saúde

Ex-ministro da Saúde, senador que sugeriu a criação do colegiado diz que atualmente o setor privado vem sendo subsidiado pelo sistema público

INSTALADA ONTEM, A comissão temporária que vai propor soluções para o financiamento da saúde pública definiu Vital do Rêgo (PMDB-PB) para a presidência e Humberto Costa (PT-PE) para a relatoria. Ex-ministro da Saúde, Humberto é médico e foi quem propôs a criação da comissão. Ele disse que, a partir da análise dos projetos que tramitam na Casa, a comissão apresentará propostas para aperfeiçoar o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Vital decidiu que serão realizadas cinco audiências públicas, para as quais serão convidados especialistas e autoridades, entre outros. A próxima reunião será no dia 4 de abril.

Ao avaliar rapidamente os projetos sobre financiamento do SUS, Humberto ressaltou que “há um consenso de que o ente da Federação que precisa ampliar sua participação nos gastos com a saúde é a União”. Segundo ele, o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes entre os países que possuem alguma forma de serviço público universal. Entre as questões que pretende debater na comissão, o senador destacou a relação entre saúde pública e privada, já que atualmente,

segundo ele, o setor privado é subsidiado não apenas pelas renúncias fiscais, mas também pelo fato de que o SUS acaba se responsabilizando pelos procedimentos mais caros.

— O sistema privado acaba sendo financiado pelo sistema público, direta e indiretamente — reiterou, acrescentando que, “tal como é hoje, essa relação é predatória e parasitária”.

Além de Vital e Humberto, farão parte da comissão os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Ciro Nogueira (PP-PI), Jayme Campos (DEM-MT), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Luiz Henrique (PMDB-SC), Paulo Davim (PV-RN), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Wellington Dias (PT-PI).

Jorge Viana registra construção, no Acre, de habitações populares

A assinatura, no dia 18, de ato entre o governo do Acre e o Ministério das Cidades para início da primeira fase do Programa Cidade do Povo — que prevê a construção de mais de 10 mil moradias populares em Rio Branco — foi registrada por Jorge Viana (PT-AC).



Pedro França/Agência Senado

O senador destacou que o governo do Acre vai trabalhar em parceria com dez empresas do estado vencedoras de licitação. O projeto envolve a construção total de 10.512 unidades em uma área de 700 hectares, sendo 3.348 nessa primeira etapa, que vai beneficiar inicialmente famílias com renda de até três salários mínimos. Os interessados poderão requerer financiamento no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

Viana ressaltou que 84% do povo brasileiro vive em cidades e disse que Rio Branco vive hoje um processo de urbanização experimentado por poucas cidades da Amazônia. Ele destacou ainda que o Programa Cidade do Povo privilegia a locomoção dos moradores e a conservação ambiental.

Ataídes de Oliveira volta a apontar crime na gestão do Sistema S

Ataídes de Oliveira (PSDB-TO) voltou a criticar o Sistema S, ligado a grandes confederações nacionais. Ele disse que, apesar da arrecadação de R\$ 15 bilhões em 2012, o país enfrenta escassez de mão de obra.



Moreira Mariz/Agência Senado

Citando dados do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), o senador apontou os crimes de falta de transparência e arrecadação direta, sem passar pela Receita Federal.

Ataídes pediu uma auditoria, ainda não concluída, mas as informações o levaram a publicar o livro *A Caixa Preta do Sistema S*. Ele informou que a arrecadação deve chegar a R\$ 18 bilhões este ano, maior do que o ICMS em 24 estados, e supera o PIB de quatro estados da Região Norte.

Em aparte, Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), acusou Ataídes de estar “imbuído de uma sanha demolidora”. Ele disse que a arrecadação direta é legal e lembrou que 53 milhões de brasileiros já passaram pelo Senai.

Também em aparte, João Costa (PPL-TO) sugeriu que a discussão em Plenário produza um debate correto e transparente. “Aquilo em que houver divergência poderemos consertar e melhorar ainda mais no Sistema S”, afirmou.

Avaliação de concursados com deficiência



Pedro França/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) defendeu, em discurso no Plenário, seu projeto (PLS 23/13) que determina que a avaliação da aptidão de pessoa com deficiência aprovada

em concurso seja feita durante o estágio probatório. O texto de Paim está em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O senador aproveitou para informar sua agenda nos próximos dias, quando viajará para Porto Alegre e Florianópolis e pelo interior do Rio Grande do Sul.

Flexa Ribeiro defende modernização de Código do Consumidor

O Senado foi palco, nos últimos dois anos, de “batalhas vitoriosas em prol do consumidor brasileiro”, disse Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador elogiou o Código de Defesa do Consumidor, editado há 23 anos, mas salientou a necessidade de a legislação acompanhar as mudanças na sociedade.

— Felizmente, consolida-se, cada vez mais, uma situação de equilíbrio na relação de consumo, e o Brasil, para a nossa alegria, faz parte do grupo de países que contam com normas avançadas de defesa dos direitos do consumidor — disse.

Flexa afirmou que, também no âmbito da administração pública, “o cidadão está cada vez mais sendo visto como cliente, e os órgãos públicos são vistos como prestadores de serviços”.



Moreira Mariz/Agência Senado

Collor quer inclusão do princípio do consumo sustentável na legislação

O Dia Mundial do Consumidor, comemorado hoje, foi destacado por Fernando Collor (PTB-AL). O senador defendeu que seja incluído na legislação o princípio do consumo sustentável. Ele sugeriu modificações no Código de Defesa do Consumidor. A primeira trata de incentivos ao consumo de bens e serviços que promovam o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental. A segunda inclui a proteção do meio ambiente entre os direitos básicos do consumidor. Por fim, Collor propõe que os danos graves ao meio ambiente sejam considerados agravantes nos crimes tipificados pelo código. De acordo com o senador, também são necessárias atualizações em relação a temas como comércio eletrônico e oferta de crédito.



Pedro França/Agência Senado

Requião critica proibição de preços diferentes na venda a crédito

Roberto Requião (PMDB-PR) pediu o apoio da Casa a seu projeto que anula a proibição de o comerciante estabelecer diferença de preço quando o pagamento é feito com cartão de crédito (PDS 31/13). O senador classificou a proibição, estabelecida pela Resolução 34/89 do antigo Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC), como “intervenção execrável”.

— Proibidos de cobrar a mais de quem compra com cartão, os comerciantes fizeram o óbvio: aumentaram os preços das mercadorias para todas as modalidades de compra — explicou. Para Requião, “todo o processo econômico foi contaminado”, levando ao aumento geral dos preços e dos tributos incidentes, prejudicando os consumidores mais pobres que não têm cartão.



Moreira Mariz/Agência Senado